

# Prestige: Há questões que devem ser respondidas



O Parlamento Europeu debateu a **maré negra do "Prestige"**.

Os Deputados do PSD estiveram na primeira linha do debate.

A defesa do ambiente, a cooperação internacional, a necessidade de identificar responsabilidades e de

estabelecer formas de apoio às populações afectadas foram os aspectos mais relevantes das intervenções de **Jorge Moreira da Silva** e de **Arlindo Cunha**.

texto na pág. 7

## Produtividade

Dizem que na sua recente viagem a Portugal, a Presidente irlandesa Mary McAleese não segredou nos ouvidos do Presidente Sampaio **comparações embaraçosas sobre a produtividade** dos dois países.

É que enquanto a **Irlanda** tem uma produtividade do trabalho por pessoa empregada equivalente a **116% da média europeia** (e 120% do PIB per capita) **Portugal** fica-se por uns **envergonhados 65%**.

Esta é uma das principais debilidades da nossa economia.

O quadro legislativo não é o único responsável e haverá que intervir noutras áreas cruciais nelas incluindo a educação e a formação profissional. Mas importa reconhecer que há que **flexibilizar a nossa legislação laboral**. Mesmo que hajam mais greves gerais, mesmo que os protestos dos mesmos se continuem a fazer sentir.

Também aqui há que **aproximar da Europa**. Porque não confundimos flexibilidade com total liberalização. Porque **somos a favor de um Modelo Social Europeu**. Faz parte da nossa cultura e da nossa civilização um nível de bem estar e de respeito pelos direitos individuais (e dos trabalhadores) que importa preservar.

*Carlos Miguel Coelho*

## UE financia o aborto ?

Regina Bastos e outros Deputados do PSD interrogam a Comissão

pág. 2

## Alargamento é um marco histórico

Intervenção de Arlindo Cunha

pág. 3

## Pescas: propostas inaceitáveis

Intervenções de: Arlindo Cunha Joaquim Piscarreta Sérgio Marques

págs. 4 e 5

## O PSD reclamou...

Intervenções de: Sérgio Marques Regina Bastos Carlos Coelho

pág. 6

## Contra o financiamento do aborto com fundos da UE



A Deputada Regina Bastos criticou o apoio concedido pela Comissão Europeia a Organizações Não Governamentais para programas que visam "a promoção do aborto no âmbito do apoio à política de saúde pública dos países em vias de desenvolvimento".

Para Regina Bastos, que recordou o recente relatório de iniciativa de uma Deputada belga defendendo a legalização do aborto no espaço da União, "trata-se de **mais um passo no sentido de forçar a União Europeia a integrar o apoio ao aborto no âmbito das suas políticas**".

Regina Bastos, membro da Comissão dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, subscreveu uma carta ao Comissário Nielson (carta subscrita por cerca de 50 membros do PE, entre os quais vários Deputados do PSD), em que os parlamentares criticam o facto de a Comissão ter assinado acordos com organizações não governamentais, nomeadamente a IPPF (International Planned Parenthood Federation), que desenvolvem programas que defendem "o aborto seguro praticado no âmbito de serviços de cuidados de saúde sexual e reprodutiva".

Na carta referida, os Deputados solicitam ao Comissário Nielson que esclareça se "os serviços de aborto estão incluídos no fundo de 32 milhões de euros pagos pelos contribuintes europeus" que a Comissão pôs à disposição da referida organização.

Os Deputados Europeus recordam que ainda recentemente a Comissão, no âmbito da resposta a uma pergunta parlamentar afirmava que "a saúde reprodutiva", tal como definida pelas Nações Unidas no Programa de Acção de 1994, aprovado no Cairo, não faz qualquer referência ao aborto e que a União nunca adoptou uma definição alternativa de "saúde reprodutiva".

Recordam ainda os parlamentares que o Conselho, em Março de 2001, chamou a atenção do PE para o facto de "as legislações nacionais sobre o aborto não constituem uma competência comunitária" sendo que o ramo europeu da IPPF defende "o desenvolvimento na Europa do aborto seguro...de alta qualidade".

Os Deputados pretendem que o Comissário explique "porque, ao arrepio do que estipulam os Tratados, **comprometeu a União Europeia no financiamento de uma organização que promove a prática do aborto dentro e fora da União Europeia**".

## C. Coelho sobre as vítimas da imigração clandestina

O Deputado do PSD Carlos Coelho defendeu ser fundamental "travar na origem o problema da imigração ilegal e, nomeadamente, que se leve a cabo um combate eficaz contra os indivíduos que estão envolvidos no tráfico de seres humanos (que acabou por se tornar na terceira actividade mais lucrativa para o crime organizado), bem como na exploração económica dos migrantes".

Mas, sublinhou Carlos Coelho, "se por um lado é importante que exista uma política comum da União Europeia, que tenha como objectivo a prevenção, a repressão e a punição eficaz e dissuasora desses criminosos, por outro lado, é igualmente essencial que se adotem medidas destinadas a proteger a segurança e a dignidade das vítimas, devendo ser dada uma atenção especial à situação das **pessoas mais vulneráveis como é o caso das mulheres e crianças** (segundo uma estimativa da Organização Internacional para as Migrações, o tráfico de seres humanos afecta anualmente em todo o mundo 700.000

a 2 milhões de mulheres e crianças)".

Carlos Coelho apoiou a proposta de directiva aprovada pelo Parlamento Europeu porque "ao introduzir a **autorização de residência** de curta duração para as vítimas da imigração clandestina e do **tráfico de seres humanos**, permitirá incentivar essas vítimas a cooperar na identificação e mesmo numa acção penal contra os autores de tais crimes.

Há que **permitir às vítimas dessas redes**, frequentemente sujeitas a violências, ameaças, maus tratos e segregação, bem como obrigadas a reembolsar as dívidas que contraíram, **que se possam defender**, e ajudá-las com vista a adquirir uma autonomia em relação aos traficantes, que exploram a sua posição económica e social vulnerável. Deverá ser-lhes dada a oportunidade de iniciar uma nova vida, com acesso a alojamento adequado, a cuidados médicos e psicológicos, bem como ao mercado de emprego, à educação e à formação".

# Alargamento é um marco histórico

O Deputado do PSD **Arlindo Cunha** considerou que "**o alargamento da União Europeia a 12 países da Europa Central e Oriental (PECO), já a partir de 2004, constitui um marco histórico na construção da União Europeia**".

Num debate, no Parlamento Europeu, sobre o alargamento, **Arlindo Cunha** apontou várias razões para fundamentar a sua afirmação:

**"Primeiro, porque tem a simbologia da reconciliação de duas partes do mesmo continente que um certo sectarismo ideológico e político conseguiram dividir, até há pouco mais de uma década.**

**Segundo, porque este é o maior alargamento da história da UE, com a quase duplicação do número de Estados Membros, um aumento de 34% do seu território e de 30% da sua população.**

**Terceiro, porque abrange países que até há pouco tempo viviam numa lógica de economia estatal, que estão a passar por uma dolorosa, mas necessária, fase de reestruturação das suas economias e com um nível médio de rendimento per capita de 38% da média da União Europeia.**

**Quarto, porque os novos PECO têm um sector agrícola ainda muito grande comparativamente à UE a 15, representando o alargamento, a duplicação**

**do número de agricultores".**



Neste contexto, **Arlindo Cunha** sublinhou que "**é necessário concentrar apoios nestes países, por forma a dar-lhes meios para que o seu processo de recuperação económica e social possa ser mais rápido.** Haverá, porém, acrescentou, que ter a consciência, que há algumas regiões da actual UE a 15 que são mais pobres que algumas de alguns dos futuros

**Estados Membros. Daí que a UE não possa abandonar a política de coesão económica e social nessas regiões. Porque, de facto, não é por entrarem na UE regiões e países mais pobres do que nós, que ficaremos ricos por esse simples facto".**

**Arlindo Cunha** defendeu ainda que "**a duplicação do número de agricultores vai exigir uma enorme simplificação da Política Agrícola Comum, implicando, além disso, uma redução dos apoios à agricultura para todos, na sequência dos novos limites de financiamento da PAC estabelecidos pelo Conselho Europeu de Bruxelas de 25 de Outubro último.**

**É por isso que penso que a UE deverá levar a sério a proposta de reforma intercalar da PAC que, com as devidas adaptações, poderá facilitar o alargamento, tornando-o menos penoso para todos os agricultores no futuro - não só para os da actual UE a 15 como também para os dos futuros Estados Membros".**



Com o **alargamento**, a população e a superfície da UE crescem 1/3 mas o PIB crescerá apenas 5% (*Relatório da CE sobre a Coesão*)



Em 8 dos 12 Estados candidatos à adesão o **rendimento médio por habitante** é 40% da média comunitária. (*idem*)



Esse rendimento equivale a cerca de 50% do rendimento dos 3 países menos prósperos onde se inclui **Portugal**. (*idem*).



Pode ver a **Carta da Europa** na Net no site do PPE

Os Deputados **Arlindo Cunha**, **Joaquim Piscarreta** e **Sérgio Marques** comentaram as propostas da Comissão Europeia sobre a reforma da Política Comum de Pescas que foi debatida na Sessão Plenária do PE.



## **Arlindo Cunha:** **"propostas inaceitáveis tal como estão"**

O Deputado do PSD **Arlindo Cunha** criticou as propostas da Comissão Europeia relativas ao futuro da Política Comum de Pescas, considerando-as **"inaceitáveis tal como estão"**.

Arlindo Cunha afirmou que a Comissão Europeia, **"alarmada com a escassez dos recursos pesqueiros nas águas comunitárias, apresentou em Maio um conjunto de propostas de reforma da Política Comum de Pescas (PCP) para vigorar a partir de 2003, cujo único objectivo é reduzir o esforço de pesca na UE em cerca de 40%, assumindo um aumento de desemprego directo no sector de cerca de 28.000 pessoas, o abate de 8.600 barcos, ou seja, respectivamente 11% e 8,5% dos respectivos valores actuais"**.

Salientando que representa um País **"onde a pesca e o mar se confundem com a sua História e que ainda representa perto de 50 000 empregos em toda a fileira do sector pesqueiro"**, Arlindo Cunha considerou que **"as propostas da Comissão são merecedoras de fortes críticas"**:

A **primeira** é completamente inaceitável: **o fim dos apoios à modernização**. Além disso, não é tida em conta a diversidade de composição da frota comunitária. Há países onde a frota é maioritariamente composta por grandes barcos especializados na pesca industrial e outros onde a maioria esmagadora é constituída por pequenos barcos. **Em Portugal, 90% das cerca de 10.000 embarcações existentes têm menos de 12 metros e dedicam-se à pequena pesca costeira. Como cerca de 40% destas pequenas embarcações têm mais de 25 anos, a maioria esmagadora dos pescadores portugueses ficariam definitivamente sem qualquer capacidade de se modernizar e de viabilizar a sua actividade.**

A **segunda** crítica é que a **proibição de apoios à constituição de sociedades mistas** para pescas fora das águas da UE apenas serve para aumentarmos as nossas importações de países terceiros. Os nossos armadores e pescadores ficam sem possibilidade de abastecer o nosso mercado com o seu pescado, mas outras potências mundiais continuam a pescar nessas águas internacionais ou de países terceiros sem as nossas restrições ou mesmo sem qualquer tipo de regras.

Por fim, há uma questão de fundo que envenena todas estas propostas e que tem a ver com **a forma como os diferentes Estados Membros (EM) cumpriram as metas de redução da capacidade das frotas** fixadas nos Planos de Orientação Plurianual das Pescas (POP). Desde que entrou na UE em 1986 a frota portuguesa foi reduzida em 45% e o total de capturas em 55%. Face a estes números, julgo que não é justo pedir-nos mais sacrifícios, quando confrontados com frotas de outros Estados Membros que até se reforçaram. **A Comissão quer que o justo pague pelo pecador"**.

Arlindo Cunha considerou **"errada esta estratégia da Comissão de basear toda a reforma da PCP quase que exclusivamente nos incentivos ao abate da frota"**. O argumento da sustentabilidade dos recursos é muito sério. Mas ele não pode ser usado para fazer as coisas de forma atabalhoada e subvalorizando a dimensão humana e social do problema e sobretudo sem um adequado equilíbrio entre as medidas a utilizar".

O Deputado social democrata manifestou esperança em que **"o parecer do Parlamento sirva para reponderar o que não foi ponderado nas propostas da Comissão e que o Conselho seja capaz de chegar a um consenso sobre uma reforma mais equilibrada que tenha em consideração todas as dimensões do problema"**.



## **PROPOSTAS DA COMISSÃO**

- **fim dos apoios comunitários ao financiamento de navios**
- **fim dos apoios à modernização de navios já existentes**
- **aumento dos prémios para abate de navios;**
- **fim dos apoios à constituição de sociedades mistas**
- **co-financiamento de programas nacionais destinados a financiar reformas antecipadas, apoios à criação**

# Postas da Comissão são inaceitáveis



## Joaquim Piscarreta critica aumento dos prémios ao abate de navios de pesca

O Deputado Joaquim Piscarreta criticou a Comissão Europeia por, "avançar com uma alteração do Regulamento sobre a Política estrutural das Pescas que prevê medidas de emergência para a demolição dos navios, incluindo até um aumento dos prémios ao abate, apesar do período de restrições orçamentais que a Europa atravessa".

Joaquim Piscarreta considerou "a proposta da Comissão Europeia em grande parte inaceitável", sublinhou a irreversibilidade desta medida e chamou a atenção para os seus avultados custos socioeconómicos em Portugal e sobretudo na sua região - o Algarve.



O Deputado social democrata considerou que "o súbito 'reencaminhamento' de fundos do Instrumento Financeiro de Orientação para as Pescas (IFOP), levanta sérias dúvidas nos níveis jurídico, financeiro e orçamental.

- a nível jurídico, a Comissão espera utopicamente que os Estados-Membros 'reprogramem', à última hora, e numa base voluntarista, as suas despesas que já tinham sido afectadas a outras necessidades programadas anteriormente. Recordo que os Estados-Membros não deram o seu acordo para tais medidas de emergência, e nem tão pouco foram consultados.

- a nível orçamental, uma tal medida pode representar consequências pesadas para os Estados-Membros. Se a própria Comissão Europeia justifica as suas medidas

## COMISSÃO EUROPEIA

novos navios;  
entes;

s para pescar fora das águas comunitárias;  
os aos pescadores que cessem actividade (compensações  
o de empregos alternativos).

pela urgência, terá de encontrar um financiamento adicional no âmbito do Orçamento Comunitário, tal como foi feito no passado, e não através de uma 'reafecção' de fundos já programados e atribuídos.

- a nível financeiro, acresce o facto que os cálculos que fundamentam o abate de navios são considerados por muitos Estados-Membros como **irrealistas e erróneos**; os relatórios científicos da Comissão Europeia sobre os recursos haliêuticos são incompletos (por considerar só algumas espécies) e longe de serem unânimes; **E não foi apresentado qualquer estudo sobre o impacto socioeconómico** que terão estas alterações à Política Estrutural das Pescas".

## Sérgio Marques destaca aumento da área exclusiva de pesca para as Regiões Ultraperiféricas



O Deputado Sérgio Marques congratulou-se com o facto de "a **identidade própria das Regiões Ultraperiféricas**, traduzida numa problemática específica a que deve corresponder um tratamento especial por parte da União Europeia, ser mais uma vez reconhecida pelo Parlamento Europeu. Desta vez, no âmbito da Política Comum das Pescas - sector em que as especificidades das RUPs são particularmente evidentes - ao aceitar pronunciar-se favoravelmente sobre a **necessidade duma zona de pesca exclusiva** para os barcos de pesca regionais **alargada das 12 milhas para as cinquenta milhas**. Excepcionalmente, admite-se, no entanto, a entrada, nesta área de pesca reservada, de outros barcos de pesca comunitários, quando em perseguição de espécies migradoras".

Para Sérgio Marques, "esta medida faz todo o sentido por duas ordens de razão:

1º- **Não existindo plataforma continental nas Regiões Ultraperiféricas** (apenas 1% da área de pesca da ZEE tem profundidade inferior a 600 metros) e estando assim diminuídas as oportunidades de que dispõem os pescadores destas Regiões, impõe-se alargá-las aumentando para as cinquenta milhas a área exclusiva de pesca.

2º- Trata-se também de **garantir nos mares das RUPs uma conservação e exploração sustentável dos recursos da Pesca**, objectivo primeiro da reforma pretendida pela Comissão Europeia para a PCP".



## Sérgio Marques quer relançar POSEIMA-Ambiente

O Deputado Sérgio Marques quer saber "quando pretende a Comissão Europeia apresentar uma **proposta de relançamento do POSEIMA Ambiente** e como pensa financiar o novo programa".

Sérgio Marques recorda que, em 1993, por iniciativa do Parlamento Europeu, "foi criada uma rubrica orçamental para **financiar, no âmbito dos programas POSEI, acções relativas à protecção do ambiente e conservação da natureza nas regiões ultraperiféricas**. As acções financiadas na Madeira visaram, designadamente, a **protecção do solo, o aumento de vigilância das áreas de reserva, a salvaguarda da qualidade visual da paisagem, a formação e a sensibilização da população para a protecção do ambiente**".

O Deputado social democrata salienta que "o valor acrescido que estas acções tiveram nesta região ultraperiférica ao nível da qualidade de vida dos cidadãos e do fomento da interacção entre o ambiente e os diversos aspectos do desenvolvimento sócio-económico, demonstra a **necessidade de prosseguir a intervenção comunitária**".

Sérgio Marques afirma que "a Comissão reconheceu no Relatório sobre as medidas destinadas a dar cumprimento ao n.º 2 do artigo 299.º do TCE que **um dos objectivos centrais da acção comunitária em relação às regiões ultraperiféricas é a protecção do ambiente natural e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos**".



## Regina Bastos contra a discriminação do trabalho temporário

A Deputada Regina Bastos, defendeu "a **não discriminação, ao nível comunitário, entre trabalhadores temporários e os outros trabalhadores**. A garantia de direitos mínimos vai permitir que este sector se torne mais atraente e melhorar a sua reputação, acabando com os preconceitos que ainda existem".

Regina Bastos, que participou no debate do Parlamento Europeu, sobre a proposta de Directiva relativa às condições de trabalho dos trabalhadores temporários, recordou que "nos últimos 10 anos, **o trabalho temporário na União**

**Europeia não parou de aumentar** ( com uma taxa de crescimento anual de 10% entre 1991 e 1998). Este rápido crescimento justifica-se porque o trabalho temporário permite responder melhor às exigências de flexibilidade e de adaptação à realidade económica".

Para Regina Bastos, esta proposta visa atingir os seguintes objectivos: "**assegurar que o trabalho temporário seja um factor de criação de empregos que fomentem relações de trabalho mais estáveis e mais prolongadas ; garantir os direitos e a segurança dos trabalhadores temporários e melhorar a flexibilidade nas empresas**".

Regina Bastos lamenta que a Comissão se centre "quase exclusivamente sobre o princípio da não-discriminação, quando há outras questões que devem ser tidas em conta, como a garantia de uma protecção básica, a possibilidade das mulheres conciliarem a vida familiar com a vida profissional e a inserção no mercado de trabalho dos jovens e das pessoas menos qualificadas".



## Carlos Coelho defende normas comuns para os refugiados

O Deputado Carlos Coelho defendeu que "são vários os factores que contribuíram para a **corrupção como problema transfronteiriço** e que é urgente uma estratégia comum, integrada e flexível, que permita introduzir uma maior transparência, desburocratização e simplificação das normas e mecanismos eficazes de controlo no sentido de impedir a criação de condições ideais para a proliferação da corrupção, bem como aumentar possibilidades de detectar e sancionar".

Carlos Coelho sublinhou a **importância do combate à corrupção** "quer no sector público (põe em risco o funcionamento do sistema democrático e a confiança dos cidadãos na integridade do Estado de Direito democrático), quer no sector privado (susceptível de distorcer as regras da concorrência e impedir o desenvolvimento económico saudável)".

Por isso, Carlos Coelho **lamentou que a proposta de decisão-quadro em discussão no PE, "pretenda regulamentar apenas o sector privado e não o público, especialmente tendo em conta que as legislações nacionais ainda não estão harmonizadas (existem 4 Estados Membros que ainda não ratificaram a Convenção da União Europeia em matéria de corrupção no sector público), o que pode criar situações de incerteza objectiva de direito**.

# Há questões que têm de ser respondidas

O Deputado **Jorge Moreira da Silva** afirmou, a propósito do caso Prestige, que *"há questões que devem ser respondidas:*

**1- Porque razão o Estado espanhol, não tendo, como praticamente nenhum tem, meios para resolver a crise sozinho, decidiu não associar, desde a primeira hora, a União Europeia à gestão dos riscos ?**

**2- Porque razão a Comissão Europeia, sabendo que as consequências do acidente facilmente ultrapassariam a zona de um país e afectariam o património natural classificado em Directivas europeias, não tomou a iniciativa de intervir na gestão dos riscos desde a ocorrência do acidente?**

**3- Porque razão o Estado espanhol, em vez de permitir a aproximação do petroleiro para que, em águas mais calmas, se fizesse a transfega do fuel, como foi sugerido por vários especialistas, preferiu conduzir o petroleiro para alto-mar onde, com a elevada ondulação, acabou por afundar?"**

Jorge Moreira da Silva, co-autor da proposta de resolução do Parlamento Europeu, começou a sua intervenção solidarizando-se com as autoridades e com as vítimas espanholas e portuguesas e congratulando-se com a ajuda que algumas empresas, cientistas e ONG's estão a prestar nos locais afectados. O Deputado social democrata sustentou que *"é necessário concentrarmo-nos naquilo que é mais urgente - a necessidade de mobilizar os recursos técnicos e financeiros internacionais e*

*europeus com vista à minimização dos danos ambientais, à regeneração dos ecossistemas e ao apoio às actividades económicas afectadas por este acidente"*.



Para Jorge Moreira da Silva, *"existe, contudo, um debate que, não tendo a mesma urgência, tem uma enorme importância - o da responsabilidade. Será, aliás, pela capacidade de fazermos este debate, sem ambiguidades, nas instituições europeias, que se perceberá se queremos verdadeiramente evitar que estas situações se repitam.*

*Ora, nesse debate, acrescentou, é importante aplicar a regra do poluidor-pagador, investigando, julgando e penalizando os culpados. Mas temos de ir além da análise da culpa. É fundamental apurar a responsabilidade. Em primeiro lugar, dos que deviam ter fiscalizado e não fiscalizaram e dos que tendo fiscalizado não agiram. Em segundo lugar, dos que geriram a crise"*.

Moreira da Silva congratulou-se com o facto de a resolução do Parlamento Europeu, no seu parágrafo 3, **"exigir um inquérito rigoroso a todas as autoridades envolvidas"** e manifestou a esperança que, no futuro, **"os Estados-membros sigam o apelo da Comissão Europeia com vista à aplicação imediata dos pacotes Erika I e II e, por outro, que se impulsione a instalação da Agência Europeia para a Segurança Marítima"**.

## Arlindo Cunha quer plano de emergência

O Deputado **Arlindo Cunha** defendeu que, apesar de os efeitos da tragédia se reflectirem em múltiplos sectores da economia, *"não há dúvidas de que o sector mais afectado directamente é o das pescas e da aquacultura"*.

Arlindo Cunha sublinhou ser *"fundamental que, no quadro dos apoios que vão ser mobilizados para minimizar os efeitos da catástrofe, se pense na necessidade de um plano de emergência específico para estes sectores. Não me parece que os 117,7 milhões de euros anunciados pelo Comissário Fischler para Espanha e os 15 milhões para Portugal resolvam os problemas. Não só pelo seu montante global, que é muito pequeno face à dimensão económica dos interesses afectados, como também, em relação a Portugal, deve deixar em aberto a possibilidade de reforço se a*

*situação se agravar na sua costa. Por outro lado, acrescentou, haverá que ter consciência de que a suspensão prolongada da actividade de milhares de pescadores poderá implicar outro tipo de soluções que não apenas a mera compensação financeira"*.

Arlindo Cunha, que expressou *"a mais profunda solidariedade política aos nossos vizinhos e amigos da Galiza pelo sofrimento que esta tragédia lhes está a causar agora e no próximo futuro, muito especialmente no sector da pesca e da aquacultura, defendeu que a União Europeia e os seus Estados Membros não deverão, pois, regatear esforços para minimizar a dimensão dos efeitos da catástrofe e compensar na medida do possível os prejuízos e as principais vítimas"*.



## Carlos Coelho fala sobre combate à criminalidade a Deputados do sudeste europeu

O Deputado **Carlos Coelho** foi um dos oradores convidados num **seminário destinado a Deputados dos países do Sudeste Europeu** onde participaram o Ministro belga do Interior e Deputados da Jugoslávia, Bósnia, Macedónia, Kosovo e Albânia. Carlos Coelho falou sobre "**os novos fenómenos de criminalidade e as fronteiras territoriais: uma justiça posta a funcionar contra a criminalidade organizada**".

Na sua intervenção, Carlos Coelho defendeu que "**o problema da criminalidade organizada não toca, aliás, apenas os países desta região, as suas comunidades e os seus cidadãos; em larga medida são os próprios Estados Membros da União Europeia que são o alvo directo da acção destas redes criminosas, que estendem as suas ramificações até às nossas sociedades**".

De facto, acrescentou Carlos Coelho, "**os Balcãs constituem, hoje, o principal local de passagem das fronteiras para a U.E., para a imigração clandestina** (há 2 anos atrás, as Nações Unidas estimaram que só a Bósnia serviu como porta de entrada para a Europa para mais de 50.000 imigrantes ilegais por ano), o tráfico de seres humanos (que se tornou a terceira actividade mais lucrativa para o crime organizado), o tráfico de droga, a prostituição, etc, que acabam por terminar a circular nas nossas ruas".

Carlos Coelho defendeu que é "**urgente que haja uma resposta forte e global a essa ameaça que é comum a todos nós**. Deverá ser feito um reforço de acções efectivas contra esses grupos de criminosos, que passam necessariamente pelo estreitamento dos controlos e dos sistemas fronteiriços, construindo deste modo barreiras contra o crime organizado. Essas acções deverão levar e passar por:

- estreitamento dos serviços fronteiriços mais vulneráveis,
- reforço da democracia nesses países
- desenvolvimento da sociedade civil (encorajando o diálogo inter-étnico)
- reforço da cooperação e troca de informações entre as várias autoridades policiais
- intensificação da cooperação, para garantia de um funcionamento efectivo e independente dos sistemas judiciais
- intensificação da luta contra a corrupção
- adopção de políticas, estratégias e legislação contra o crime organizado
- introdução do princípio de economia de mercado, com incentivos à livre concorrência".

Para Carlos Coelho, "**é fundamental que ao avançarmos na criação desta Europa alargada, tenhamos cuidado para que as futuras fronteiras da União não se venham a tornar a linha de divisão entre riqueza e pobreza na Europa**. Isso passa não apenas por acordos comerciais e económicos, mas também pela cooperação que deve ser reforçada no combate ao crime transnacional".

## Os Deputados do PSD

### José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

### Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraca@europarl.eu.int

### Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

### Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

### Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

### Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

### Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

### Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

### Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

e-mail:

JPiscarreta@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551